

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.854.931
Preferenciais	4.575.177
Total	7.430.108
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.819
Preferenciais	0
Total	26.819

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/10/2016	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/10/2016	Preferencial		0,01500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	49.843.000	47.011.000
1.01	Ativo Circulante	1.504.000	2.290.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	670.000	802.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	300.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	300.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	300.000	282.000
1.01.03	Contas a Receber	246.000	888.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	246.000	888.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	246.000	888.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	288.000	318.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	288.000	318.000
1.02	Ativo Não Circulante	48.339.000	44.721.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	727.000	535.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	690.000	486.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	690.000	486.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	37.000	49.000
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	33.000	44.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos	4.000	5.000
1.02.02	Investimentos	47.066.000	43.641.000
1.02.02.01	Participações Societárias	47.066.000	43.641.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.388.000	2.425.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	44.678.000	41.216.000
1.02.03	Imobilizado	86.000	85.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	49.843.000	47.011.000
2.01	Passivo Circulante	1.167.000	1.563.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	150.000	111.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	150.000	111.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	129.000	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	21.000	111.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.017.000	1.452.000
2.01.05.02	Outros	1.017.000	1.452.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.014.000	1.444.000
2.01.05.02.04	Outros Passivos	3.000	8.000
2.02	Passivo Não Circulante	743.000	601.000
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	6.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.000	6.000
2.02.04	Provisões	738.000	595.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	738.000	595.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	738.000	595.000
2.03	Patrimônio Líquido	47.933.000	44.847.000
2.03.01	Capital Social Realizado	36.201.000	32.292.000
2.03.01.01	Capital Social	36.405.000	32.325.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-204.000	-33.000
2.03.02	Reservas de Capital	659.000	680.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	629.000	650.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.219.000	12.654.000
2.03.04.01	Reserva Legal	859.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.360.000	10.813.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	718.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.153.000	-786.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.054.000	6.195.000	3.229.000	7.088.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.000	-30.000	-8.000	-26.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.000	16.000	3.000	9.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.000	-200.000	-37.000	-217.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-39.000	-200.000	-37.000	-217.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.094.000	6.409.000	3.271.000	7.322.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.054.000	6.195.000	3.229.000	7.088.000
3.06	Resultado Financeiro	15.000	51.000	25.000	75.000
3.06.01	Receitas Financeiras	35.000	111.000	39.000	111.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.000	-60.000	-14.000	-36.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.069.000	6.246.000	3.254.000	7.163.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	45.000	67.000	75.000	-38.000
3.08.01	Corrente	-63.000	-137.000	-45.000	-60.000
3.08.02	Diferido	108.000	204.000	120.000	22.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.114.000	6.313.000	3.329.000	7.125.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.114.000	6.313.000	3.329.000	7.125.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,29000	0,85000	0,45000	0,96000
3.99.01.02	PN	0,29000	0,85000	0,45000	0,96000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,29000	0,85000	0,45000	0,96000
3.99.02.02	PN	0,29000	0,85000	0,45000	0,96000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	2.114.000	6.313.000	3.329.000	7.125.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.000	-367.000	-224.000	-90.000
4.02.01	Participação no Resultado Abrangente de Inv. em Subsidiárias	2.000	-15.000	12.000	25.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Inv. em Associadas e Entidades Cont.em Conjunto	15.000	-352.000	-236.000	-115.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.131.000	5.946.000	3.105.000	7.035.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.000	265.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-156.000	-83.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	6.313.000	7.125.000
6.01.01.02	Resultado de Participação s/ o Lucro Líq. de Subsidiárias, Associadas e Entid. Controladas em Conj.	-6.409.000	-7.322.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-204.000	-22.000
6.01.01.04	Provisão para Passivos Contingentes	105.000	107.000
6.01.01.05	Variações Monetárias Líquidas	37.000	27.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	2.000	2.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	190.000	348.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	-18.000	16.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	343.000	304.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Provisões, Contas a Pagar e Demais Passivos	-135.000	28.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.741.000	2.282.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.746.000	2.491.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-4.000	-9.000
6.02.03	Aumento de Capital em Subsidiária	-1.000	-200.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.907.000	-2.382.000
6.03.01	Subscrições de Ações	0	3.000
6.03.02	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-2.703.000	-2.351.000
6.03.06	Aquisição de Ações para Tesouraria	-204.000	-34.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-132.000	165.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	802.000	643.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	670.000	808.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-192.000	-5.042.000	-1.706.000	0	-2.860.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-204.000	0	0	0	-204.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-333.000	0	-333.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.373.000	0	-1.373.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-21.000	-211.000	0	0	-232.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.313.000	-367.000	5.946.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.313.000	0	6.313.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-367.000	-367.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.607.000	-4.607.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.607.000	-4.607.000	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	462.000	12.219.000	0	-1.153.000	47.933.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	84.000	-5.998.000	-1.903.000	0	-2.517.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-34.000	0	0	0	-34.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-501.000	0	-501.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402.000	0	-1.402.000
5.04.08	Subscrição e Integralização de Capital	300.000	0	0	0	0	300.000
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	96.000	-96.000	0	0	0
5.04.10	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	22.000	-184.000	0	0	-162.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.125.000	-90.000	7.035.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.125.000	0	7.125.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-90.000	-90.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.222.000	-5.222.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.222.000	-5.222.000	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	611.000	11.383.000	0	-575.000	43.744.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.000	-17.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.000	-9.000
7.02.04	Outros	-9.000	-8.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custo Comum	-3.000	-3.000
7.02.04.02	Outras Despesas	-6.000	-5.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-22.000	-17.000
7.04	Retenções	-2.000	-2.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	-2.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-24.000	-19.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.536.000	7.442.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.409.000	7.322.000
7.06.02	Receitas Financeiras	111.000	111.000
7.06.03	Outros	16.000	9.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.512.000	7.423.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.512.000	7.423.000
7.08.01	Pessoal	5.000	6.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.000	6.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	134.000	256.000
7.08.02.01	Federais	134.000	256.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.000	36.000
7.08.03.01	Juros	60.000	36.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.313.000	7.125.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.373.000	1.402.000
7.08.04.02	Dividendos	333.000	501.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.607.000	5.222.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	57.890.000	54.830.000
1.01	Ativo Circulante	5.583.000	6.114.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.295.000	2.174.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	300.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	300.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	300.000	282.000
1.01.03	Contas a Receber	937.000	996.000
1.01.03.01	Clientes	937.000	996.000
1.01.04	Estoques	947.000	968.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.104.000	1.694.000
1.01.08.03	Outros	1.104.000	1.694.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	595.000	1.175.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	438.000	506.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	71.000	13.000
1.02	Ativo Não Circulante	52.307.000	48.716.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.606.000	2.299.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.539.000	1.442.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.009.000	816.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.009.000	816.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.000	41.000
1.02.01.09.03	Ativos Mantidos para Vendas	58.000	41.000
1.02.02	Investimentos	44.707.000	41.246.000
1.02.02.01	Participações Societárias	44.678.000	41.216.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	44.678.000	41.216.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	29.000	30.000
1.02.03	Imobilizado	3.987.000	4.146.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.987.000	4.146.000
1.02.04	Intangível	1.007.000	1.025.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.007.000	1.025.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	57.890.000	54.830.000
2.01	Passivo Circulante	3.353.000	3.183.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	236.000	178.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	236.000	178.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	191.000	29.000
2.01.03.01.02	Outras	45.000	149.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.388.000	675.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.388.000	668.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.072.000	513.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	316.000	155.000
2.01.04.02	Debêntures	0	7.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.019.000	1.568.000
2.01.05.02	Outros	1.019.000	1.568.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.014.000	1.557.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	5.000	11.000
2.01.06	Provisões	710.000	762.000
2.01.06.02	Outras Provisões	710.000	762.000
2.01.06.02.04	Outras Provisões	710.000	762.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.643.000	3.777.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.232.000	2.423.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.232.000	2.293.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.510.000	1.353.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	722.000	940.000
2.02.01.02	Debêntures	0	130.000
2.02.03	Tributos Diferidos	505.000	611.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	505.000	611.000
2.02.04	Provisões	906.000	743.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	906.000	743.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	50.894.000	47.870.000
2.03.01	Capital Social Realizado	36.201.000	32.292.000
2.03.01.01	Capital Social	36.405.000	32.325.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-204.000	-33.000
2.03.02	Reservas de Capital	659.000	680.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	629.000	650.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.219.000	12.653.000
2.03.04.01	Reserva Legal	859.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.360.000	10.812.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.153.000	-786.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.961.000	3.024.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.162.000	3.472.000	1.307.000	3.697.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-884.000	-2.703.000	-983.000	-2.799.000
3.03	Resultado Bruto	278.000	769.000	324.000	898.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.865.000	5.590.000	2.994.000	6.435.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-157.000	-466.000	-170.000	-477.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.000	-229.000	-79.000	-212.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	54.000	31.000	31.000	42.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.000	-202.000	-39.000	-219.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-39.000	-202.000	-39.000	-219.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.090.000	6.456.000	3.251.000	7.301.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.143.000	6.359.000	3.318.000	7.333.000
3.06	Resultado Financeiro	-48.000	-140.000	-28.000	-84.000
3.06.01	Receitas Financeiras	102.000	295.000	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-150.000	-435.000	-28.000	-84.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.095.000	6.219.000	3.290.000	7.249.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	38.000	94.000	60.000	-34.000
3.08.01	Corrente	-82.000	-209.000	-53.000	-90.000
3.08.02	Diferido	120.000	303.000	113.000	56.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.133.000	6.313.000	3.350.000	7.215.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.133.000	6.313.000	3.350.000	7.215.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.114.000	6.313.000	3.329.000	7.125.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.000	0	21.000	90.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	0,00000	0,49000	1,06000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,49000	1,06000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.114.000	6.313.000	3.350.000	7.215.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.000	-367.000	-224.000	-90.000
4.02.01	Participação no Resultado Abrangente de Inv. em Subsidiárias	2.000	-15.000	12.000	25.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Inv. em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	15.000	-352.000	-236.000	-115.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.131.000	5.946.000	3.126.000	7.125.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	0	3.105.000	7.035.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.131.000	5.946.000	21.000	90.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	301.000	693.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	461.000	638.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	6.313.000	7.215.000
6.01.01.02	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	356.000	313.000
6.01.01.03	Depreciação, Amortização e Exaustão	441.000	481.000
6.01.01.04	Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-6.456.000	-7.301.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-303.000	-56.000
6.01.01.06	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-115.000	-103.000
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.000	11.000
6.01.01.08	Provisões para Passivos Contingentes	126.000	103.000
6.01.01.09	Outros	84.000	-25.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	115.000	234.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-18.000	16.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	44.000	-114.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Estoques	21.000	-91.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	178.000	-190.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Demais Ativos	523.000	-100.000
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	-37.000	209.000
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Demais Passivos	-596.000	504.000
6.01.03	Outros	-275.000	-179.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-11.000	-12.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-264.000	-167.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.292.000	2.011.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-131.000	0
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	-303.000	-439.000
6.02.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.726.000	2.450.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.466.000	-2.487.000
6.03.01	Subscrição e Integralização de Capital	20.000	3.000
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-2.789.000	-2.444.000
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	1.156.000	571.000
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-478.000	-576.000
6.03.06	Pagamento aos Acionistas Dissidentes	-18.000	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-153.000	-7.000
6.03.08	Aquisição de Ações para Tesouraria	-204.000	-34.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-6.000	4.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	121.000	221.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.174.000	1.897.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.295.000	2.118.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-192.000	-5.042.000	-1.706.000	0	-2.860.000	-63.000	-2.923.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-204.000	0	0	0	-204.000	0	-204.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-333.000	0	-333.000	0	-333.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.373.000	0	-1.373.000	0	-1.373.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-21.000	-211.000	0	0	-232.000	0	-232.000
5.04.11	Redução da Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-63.000	-63.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.313.000	-367.000	5.946.000	0	5.946.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.313.000	0	6.313.000	0	6.313.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-367.000	-367.000	0	-367.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.607.000	-4.607.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.607.000	-4.607.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	462.000	12.219.000	0	-1.153.000	47.933.000	2.961.000	50.894.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	84.000	-5.998.000	-1.903.000	0	-2.517.000	13.000	-2.504.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-34.000	0	0	0	-34.000	0	-34.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-501.000	0	-501.000	0	-501.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402.000	0	-1.402.000	0	-1.402.000
5.04.08	Subscrição e Integralização de Capital	300.000	0	0	0	0	300.000	0	300.000
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.10	Ações em Tesouraria Canceladas	0	96.000	-96.000	0	0	0	0	0
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	22.000	-184.000	0	0	-162.000	0	-162.000
5.04.13	Redução da Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	13.000	13.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.125.000	-90.000	7.035.000	90.000	7.125.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.125.000	0	7.125.000	90.000	7.215.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-90.000	-90.000	0	-90.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.222.000	-5.222.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.222.000	-5.222.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	611.000	11.383.000	0	-575.000	43.744.000	3.116.000	46.860.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	4.411.000	4.707.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.356.000	4.678.000
7.01.02	Outras Receitas	70.000	40.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.000	-11.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.838.000	-2.901.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.326.000	-2.437.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-498.000	-450.000
7.02.04	Outros	-14.000	-14.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.573.000	1.806.000
7.04	Retenções	-441.000	-481.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-441.000	-481.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.132.000	1.325.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.770.000	7.624.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.456.000	7.301.000
7.06.02	Receitas Financeiras	297.000	318.000
7.06.03	Outros	17.000	5.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.902.000	8.949.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.902.000	8.949.000
7.08.01	Pessoal	610.000	615.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	487.000	495.000
7.08.01.02	Benefícios	89.000	86.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.000	33.000
7.08.01.04	Outros	1.000	1.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	559.000	731.000
7.08.02.01	Federais	412.000	555.000
7.08.02.02	Estaduais	137.000	170.000
7.08.02.03	Municipais	10.000	6.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	420.000	388.000
7.08.03.01	Juros	420.000	388.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.313.000	7.215.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.373.000	1.402.000
7.08.04.02	Dividendos	333.000	501.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.607.000	5.222.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	90.000

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a setembro de 2016, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que na qualidade de auditores independentes emitiram relatório sem ressalva e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Considerando as boas práticas de Governança adotadas pelo Conglomerado, as demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa responsável pelos serviços de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., principal investimento da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos continuam apresentando ritmo moderado de atividade econômica. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB no 2T16 foi de 1,3% frente ao mesmo período do ano anterior. A taxa de desemprego média do terceiro trimestre de 2016 foi de 4,9%, estável em relação ao trimestre anterior e ligeiramente abaixo dos 5,1% observados no mesmo período de 2015.

Na zona do euro, o PIB no 2T16 cresceu 1,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Os níveis de emprego na região parecem ter estabilizado. A taxa de desemprego caiu para 10,1% em agosto de 2016, ante 10,7% em igual período do ano passado. No Reino Unido, o PIB no 2T16 registrou crescimento de 2,1% frente ao mesmo período do ano anterior. A taxa de desemprego caiu de 5,4% em agosto do ano passado para 4,9% em agosto desse ano.

A perspectiva de crescimento nos países emergentes continua favorável. O PIB da China cresceu 6,7% na comparação anual no 3T16, mantendo o ritmo do trimestre anterior. Os preços das commodities, de forma geral, estabilizaram na margem e seguem apresentando alta no ano, devido a ajustes de oferta e demanda acima do esperado.

No cenário doméstico, o PIB no 2T16 contraiu 0,6% frente ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). Com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a contração foi de 3,8%. Indicadores preliminares sugerem uma nova retração no terceiro trimestre deste ano. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, medido pela Pnad Contínua, se elevou para 11,8% no trimestre findo em agosto ante 8,7% no mesmo período do ano anterior.

A indústria vem apresentando sinais de estabilização nos últimos meses. No 2T16, houve alta de 0,3% no PIB industrial ante o trimestre anterior. O ajuste cíclico nos estoques deve impulsionar uma recuperação da indústria à frente.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -8,8% em agosto de 2016, em termos reais, contra uma expansão de 0,2% um ano antes. As concessões acumuladas em 12 meses até agosto de 2016 recuaram 15,6%, em termos reais, contra uma queda de 7,6% em agosto de 2015. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física subiu 0,2 p.p. nos últimos 12 meses para 4,1% em agosto de 2016. Quanto ao crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência se elevou para 3,2% em agosto de 2016 (2,4% em agosto de 2015).

A inflação medida pelo IPCA em 12 meses recuou para 8,5% até setembro, após fechar o ano passado em 10,7%. A desaceleração da inflação no período foi determinada pelo comportamento dos preços administrados, que registraram variação de 7,9% em 12 meses até setembro, bem abaixo da taxa de 18,1% no fechamento de 2015. A alta dos preços livres atingiu 8,7% nos 12 meses encerrados em setembro, um pouco acima dos 8,5% registrados em dezembro de 2015.

A inflação corrente em trajetória de queda permitiu a flexibilização da política monetária. O Banco Central (BC) reduziu a taxa básica de juros em 25 pontos

Comentário do Desempenho

base, para 14,0% em outubro deste ano. Esta foi a primeira baixa de juros desde setembro de 2012.

O déficit nas contas externas caiu de 4,1% do PIB em setembro de 2015 para 1,5% do PIB nos últimos doze meses terminados em agosto de 2016. O real apreciou frente ao dólar ao longo do ano, fechando em R\$ 3,26/US\$ ao final de setembro de 2016. O Banco Central reduziu o estoque de Swap Cambial para US\$ 33 bilhões em setembro de 2016. O país apresentou reservas internacionais da ordem de US\$ 378 bilhões no mês.

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Sustentabilidade

Pelo décimo terceiro ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2016/2017, a carteira é integrada por 316 empresas de 28 países, das quais apenas 7 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A.

A Itaúsa obteve a maior nota do setor bancário nos quesitos:

- ➔ Política/Medidas Anticrime;
- ➔ Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico;
- ➔ Riscos e Oportunidades do Negócio; e
- ➔ Inclusão Financeira.

Além disso, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram novamente selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

Proventos aos Acionistas

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 08.08.2016, pagar juros sobre o capital próprio (JCP) em 25.08.2016, no valor de R\$ 0,079 por ação (R\$ 0,06715 por ação líquidos de IR na fonte), por conta

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e

do dividendo obrigatório do exercício de 2016, com base na posição acionária final do dia 12.08.2016.

No acumulado de janeiro a setembro de 2016, foram pagos ou provisionados R\$ 1.499 milhões em dividendos/JCP, líquido de impostos.

Retorno do Investimento: em 30 de setembro de 2016^(a), o retorno do investimento em dividendos/JCP aos acionistas em relação ao preço da ação em 1º de outubro de 2015, líquido de impostos, foi de 6,03%.

(a) Considera o total de Dividendos/JCP distribuídos no acumulado de 12 meses e a bonificação de 10% aprovada em 29.04.2016.

Elevação do Limite para Aquisição de Ações Próprias

Em reunião de 08.08.2016, o Conselho de Administração da Itaúsa deliberou elevar o limite do programa de recompra de ações de emissão própria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no Mercado. Levando-se em consideração as 26.819.000 ações ordinárias adquiridas em julho/2016, o saldo disponível para aquisição de ações de emissão própria até 09.05.2017 passou a ser de 83.181.000 ações (28.181.000 ordinárias e 55.000.000 preferenciais).

Reunião Pública - APIMEC

No próximo dia 17 de novembro, a Itaúsa realizará a 16ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec, para apresentar os resultados do Conglomerado. O evento será realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP e também será transmitido ao vivo pela Internet no website de RI: www.itausa.com.br.

Comentário do Desempenho

o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 05).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente

	01/01 a 30/09/2016		01/01 a 30/09/2015		Em R\$ Milhões
		%		%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	6.470	101,0%	6.548	99,9%	-1,2%
Área Industrial	(67)	-1,0%	8	0,1%	-937,5%
Duratex	(7)	-0,1%	50	0,8%	-114,0%
Elekeiroz	(37)	-0,6%	(18)	-0,3%	105,6%
Itautec	(23)	-0,4%	(24)	-0,4%	-4,2%
Outros	2	0,0%	(1)	0,0%	-300,0%
Total REP Recorrente	6.405	100,0%	6.555	100,0%	-2,3%
Resultado Próprio da Itaúsa	(96)		(55)		
Despesas Gerais e Administrativas	(30)		(26)		
Receitas/Despesas Financeiras	51		75		
Despesas Tributárias	(200)		(217)		
Outras Receitas Operacionais	16		9		
IR/CS	67		104		
Lucro Líquido Recorrente	6.309		6.500		-2,9%
Resultado não recorrente	4		625		
Lucro Líquido	6.313		7.125		-11,4%

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 30 milhões de janeiro a setembro de 2016. Em relação ao lucro líquido, as DGAs representaram 0,5%, enquanto no mesmo período de 2015 foram 0,4%.

Receitas/Despesas Financeiras

No primeiros nove meses de 2016 (9M16), a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 51 milhões.

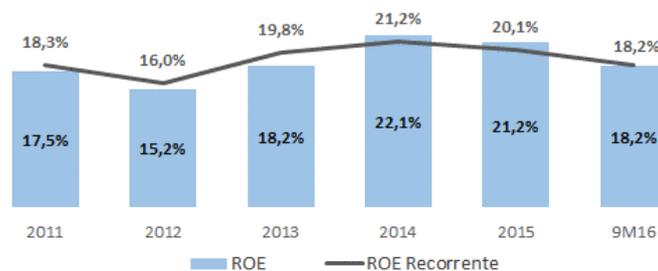
Despesas Tributárias

No acumulado de 2016, as despesas tributárias totalizaram R\$ 200 milhões. Essas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras e receita de juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a setembro de 2016 foi de R\$ 6.309 milhões, retração de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 18,2%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 6.313 milhões com rentabilidade de 18,2%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

A Itaúsa possui uma sólida posição de liquidez. O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R\$ 970 milhões ao final de setembro de 2016.

O endividamento^(a) da Companhia em 30 de setembro de 2016 era de somente 3,8%, sendo que das obrigações totais de R\$ 1,9 bilhão, R\$ 1,0 bilhão era referente a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(a) $(\text{passivo circulante e não circulante} / \text{total do ativo}) \times 100$

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Lucro Líquido	6.313	7.125	0	90	6.313	7.215
Lucro Líquido Recorrente	6.309	6.500	(13)	94	6.296	6.594
Patrimônio Líquido	47.933	43.744	2.961	3.116	50.894	46.860
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,2%	23,1%	0,0%	3,9%	17,1%	21,8%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,2%	21,1%	-0,6%	4,1%	17,1%	19,9%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação

	R\$ por ação		
	30/09/2016	30/09/2015	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	0,85	0,96	(11,5)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,85	0,88	(3,0)
Valor Patrimonial da Controladora	6,47	5,89	10,0
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,20	0,23	(11,1)
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,40	6,49	29,4
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	62.188	48.233	28,9

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 29 de abril de 2016.

Comentário do Desempenho

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Lucro Líquido	6.313	7.125	0	90	6.313	7.215
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes D= (A + B + C)	(4)	(625)	(13)	4	(17)	(621)
Próprio (A)	-	142	-	-	-	142
Amortização de Ágios	-	142	-	-	-	142
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (B)	9	(752)	-	-	9	(752)
Movimentação de Ações em Tesouraria	(43)	352	-	-	(43)	352
Amortização de Ágios	-	14	-	-	-	14
Fundo Previdenciário	-	48	-	-	-	48
Majoração da Alíquota da CSLL	-	(1.468)	-	-	-	(1.468)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(4)	(15)	-	-	(4)	(15)
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	51	40	-	-	51	40
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	2	208	-	-	2	208
Redução ao Valor Recuperável	3	16	-	-	3	16
Outros	-	53	-	-	-	53
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (C)	(13)	(15)	(13)	4	(26)	(11)
Duratex	(7)	3	(13)	5	(20)	8
Elekeiroz	2	(18)	-	(1)	2	(19)
Itautec	(7)	-	-	-	(7)	-
Itausa Empreendimentos	(1)	-	-	-	(1)	-
Lucro Líquido Recorrente	6.309	6.500	(13)	94	6.296	6.594

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Setembro	Em R\$ Milhões				CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽²⁾
		Área de Serviços Financeiros		Área Industrial		
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽¹⁾	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2016	1.324.122	9.246	707	139	57.890
	2015	1.241.933	9.232	786	216	53.663
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2016	155.529	2.881	585	7	9.928
	2015	133.325	3.008	665	25	10.998
Lucro Líquido	2016	17.271	1	(40)	(11)	6.313
	2015	20.720	137	0	(24)	7.215
Patrimônio Líquido (PL)	2016	121.942	4.571	415	60	50.894
	2015	109.743	4.759	466	85	46.860
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽⁴⁾	2016	20,0%	0,0%	-12,4%	-23,6%	17,1%
	2015	26,9%	3,9%	0,1%	-34,1%	21,8%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2016	76.603	643	(17)	(12)	461
	2015	35.127	720	25	(26)	638

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((set + jun + mar + dez'15)/4).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Obs.: O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

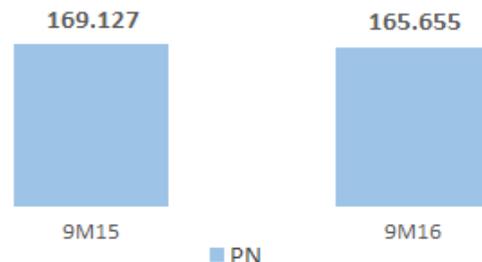
A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o mês de setembro de 2016 cotadas a R\$ 8,34, valorização de 28,5% em relação à cotação de encerramento de setembro de 2015, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou valorização de 29,5%.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) nos primeiros nove meses de 2016 foi de R\$ 165,7 milhões, em comparação a R\$ 169,1 milhões no mesmo período do ano anterior, com 5.419 mil negócios nos primeiros nove meses de 2016 (5.479 mil de janeiro a setembro de 2015).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Desconto Itaúsa

O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz

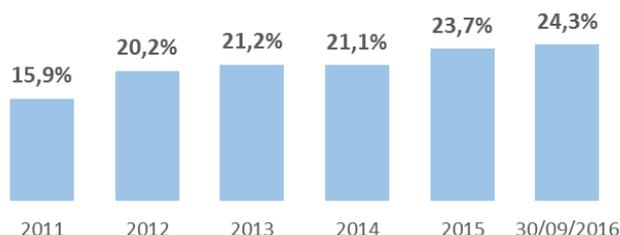
Comentário do Desempenho

respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para recebê-lo basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 30 de setembro de 2016, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 24,3% em relação ao valor de mercado da soma de suas participações nas Companhias, em comparação a 20,5% observado ao final de setembro de 2015.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R\$ 62.188 milhões, alta de 28,9% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 82.120 milhões.

Histórico Desconto Itaúsa



Em 30 de setembro de 2016, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 45.531.

5) COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA

A Itaúsa é uma sociedade que tem por objeto participar do capital de outras empresas e está continuamente analisando novos investimentos e avaliando potenciais operações que agreguem valor a seus acionistas.



Banco Itaú BMG Consignado – Em 29 de setembro de 2016, o Itaú Unibanco celebrou contrato de compra e venda de ações com o Banco BMG no qual se comprometeu a adquirir a totalidade da participação detida pelo Banco BMG no Banco Itaú BMG Consignado. Esta participação corresponde a 40% do capital social do Itaú BMG Consignado, o que significa que o Itaú Unibanco passará a deter 100% do capital total desta instituição. O valor a ser pago será de aproximadamente R\$ 1,28 bilhão, atualizado pela variação do CDI desde 31 de dezembro de 2015 até a data da efetiva transferência das ações. O Itaú Unibanco e o Banco BMG manterão uma associação através de um novo acordo comercial para distribuição de empréstimos consignados do Banco Itaú BMG Consignado e de suas afiliadas, com exclusividade, em determinados canais de distribuição vinculados ao Banco BMG e a suas afiliadas. A operação não terá efeitos contábeis relevantes nos resultados do Itaú Unibanco em 2016 e ainda depende da obtenção de aprovações regulatórias a fim de ser concretizada.

A Companhia manterá a liderança entre os bancos privados neste segmento considerando, além das suas demais operações de empréstimo consignado, a carteira do Banco Itaú BMG Consignado, a qual totalizava, em 31 de agosto de 2016, um volume de R\$ 29 bilhões.

Seguro de Vida em Grupo – Em 19 de setembro de 2016, o Itaú Unibanco celebrou contrato de alienação da totalidade de suas operações de seguros de vida em grupo com a Prudential do Brasil.

A transferência das ações e a liquidação financeira da operação ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

A alienação dessa operação reitera a estratégia, já divulgada, de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Eventos Subsequentes

Citibank – Em 8 de outubro de 2016, o Itaú Unibanco celebrou contrato (*Equity Interest Purchase*

Comentário do Desempenho

Agreement) com o Citibank para aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TecBan – Tecnologia Bancária S.A e na Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização.

A operação de varejo do Citibank no Brasil (com 71 agências) conta com, aproximadamente, uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão (valores brutos na data-base de 31 de dezembro de 2015), 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações do BACEN e do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Não se espera que essa operação acarrete efeitos relevantes nos resultados do Itaú Unibanco deste exercício social.

Itaú CorpBanca – Em 26 de outubro de 2016, o Itaú Unibanco adquiriu 10.908.002.836 ações do Itaú CorpBanca, pelo valor de aproximadamente R\$ 288,1 milhões, sendo esta prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado entre Itaú Unibanco e Corp Group em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do Itaú Unibanco no Itaú CorpBanca passa de aproximadamente 33,58% para aproximadamente 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca. Todas as aprovações regulatórias necessárias foram previamente obtidas.

Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco – Em 23 de setembro de 2016, o BACEN homologou a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Itaú Unibanco de 14 de setembro 2016, referente ao aumento do capital social em R\$ 12 bilhões, mediante capitalização de reservas estatutárias de lucros com bonificação de ações em 10%. Este aumento de capital foi realizado com a emissão de novas ações escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos acionistas na forma de ações bonificadas, de forma gratuita, na proporção de uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie detida. Abaixo, alguns destaques da bonificação:

Carteira de Crédito

Em 30 de setembro de 2016 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 568,1 bilhões, com aumento de 2,8% em relação a 30 de setembro de 2015, devido principalmente ao efeito da consolidação do Itaú CorpBanca nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco a partir do 2º trimestre de 2016.

Se considerarmos também os riscos de crédito que o Itaú Unibanco tem na modalidade de títulos privados, esse aumento foi de 2,4%.

- recálculo do custo médio das ações detidas em carteira pelo acionista – o custo unitário atribuído a essas ações foi de R\$ 20,053757640185;
- tiveram direito à bonificação os acionistas com posição acionária em 17 de outubro de 2016 e essas novas ações foram incluídas na posição dos acionistas em 21 de outubro de 2016; e
- pagamento dos dividendos após a inclusão das ações bonificadas na posição acionária – os dividendos mensais foram mantidos em R\$ 0,015 por ação. Portanto, os valores pagos a partir de 1º de dezembro de 2016 aos acionistas do Itaú Unibanco a título de dividendos mensais serão incrementados em 10%.

IFRS

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Resultados

No período de janeiro a setembro de 2016, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R\$ 17,4 bilhões, com redução de 1,9% em relação ao mesmo período de 2015, e a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 20,1%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de serviços e seguros, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos.

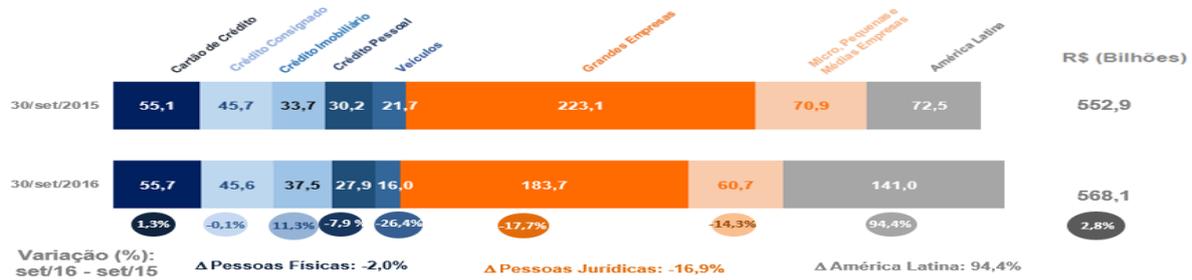
Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,3 trilhão ao final de setembro de 2016, com aumento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco refletiu-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

Comentário do Desempenho

Apresentamos a abertura da carteira, com avais e fianças, em 30 setembro de 2016 e de 2015:



Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 2,1 trilhões em 30 de setembro de 2016, aumento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Se considerarmos os efeitos pro forma do Itaú CorpBanca em 30 de setembro de 2015, o crescimento seria de 6,4%. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 75,4% em 30 de setembro de 2016.

Inadimplência

A estratégia do Itaú Unibanco de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2012, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira. Apesar desta mudança, em função da conjuntura econômica:

- ➔ índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,9% em 30 de setembro de 2016, aumento de 0,5 p.p. em relação a 30 de setembro de 2015.
- ➔ na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,0% ao final de setembro de 2016, redução de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- ➔ na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 2,9% ao final de setembro de 2016, aumento de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



Os investimentos da Duratex nos primeiros nove meses de 2016 totalizaram R\$ 377,3 milhões. Este valor inclui aproximadamente R\$ 93 milhões

referentes à compra de ações de acionistas minoritários na Colômbia, e o consequente fechamento de capital da Tablemac. Os demais investimentos da Duratex continuam focados em ganho de produtividade e sustentação dos negócios, estando divididos em manutenção industrial e atividades de reflorestamento. Para manutenção de seus ativos, a companhia investiu aproximadamente R\$ 284,3 milhões em 2016, sendo R\$ 140,1 milhões referentes à atividade de reflorestamento visando a garantia de abastecimento de suas unidades industriais de painéis de madeira no futuro e R\$ 144,3 milhões referentes à sustentação industrial.

Resultados

A receita líquida no acumulado de 2016 totalizou R\$ 2.881,1 milhões, 4,2% inferior se comparada ao mesmo período do ano anterior. No terceiro trimestre de 2016 (3T16) a companhia registrou receita líquida de R\$ 967,1 milhões, queda de 4,5% se comparada ao segundo trimestre de 2016 (2T16).

A Duratex registrou um EBITDA ajustado e recorrente de R\$ 463,9 milhões nos 9M16, 28,8% inferior ao mesmo período de 2015. No entanto, no 3T16 o EBITDA ajustado e recorrente foi de R\$ 185,9 milhões, aumento de 8,3% em relação ao 2T16.

O lucro líquido recorrente da Duratex no terceiro trimestre de 2016 foi de R\$ 9,4 milhões. No período de janeiro a setembro, a empresa apresentou lucro líquido de R\$ 1,0 milhão, ante um lucro líquido de R\$ 137,4 milhões no mesmo período de 2015. No terceiro trimestre, registrou um lucro líquido de R\$ 29,9 milhões (R\$ 0,7 milhão no 2T16).

A dívida líquida da empresa em 30.09.2016 era de R\$ 2.127,5 milhões, equivalente a 3,28 vezes o EBITDA recorrente e ajustado dos últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho

O volume da **Divisão Madeira** acumula uma queda de 5,7% nos nove primeiros meses de 2016 quando comparado ao mesmo período em 2015. No terceiro trimestre, houve queda de 5,4% na comparação com o trimestre anterior. O destaque do terceiro trimestre está na recomposição de margens, representada por aumento da margem EBITDA em cerca de 295 pontos base (de 18,5% no 2T16 para 21,5% no 3T16), influenciada por uma melhora considerável nos custos. O custo caixa unitário apresentou redução de 6,1% comparada ao trimestre anterior, refletindo os programas de corte de custos e ganhos de eficiência da Duratex e da redução do custo de insumos importados.

A **Divisão Deca** consolidou vendas de 18,6 milhões de peças nos primeiros nove meses de 2016. No 3T16 o volume foi de 6,6 milhões de peças, aumento de 1,0% em relação ao trimestre anterior. A receita líquida nos primeiros nove meses de 2016 foi de R\$ 978,6 milhões, redução de 5,4% quando comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 340,4 milhões no 3T16 versus R\$ 345,3 milhões no 2T16, queda de 1,4%). A margem EBITDA ajustada e recorrente dos 9M16 foi de 13,8% (18,8% nos nove primeiros meses de 2015). No terceiro trimestre, a Divisão Deca apresentou aumento no EBITDA recorrente, que passou de R\$ 48,0 milhões no 2T16 para R\$ 51,2 milhões no 3T16. A margem EBITDA recorrente também expandiu, de 13,9% no 2T16 para 15,1% no 3T16.

Novamente, a Deca apresentou resultado superior ao do índice ABRAMAT. Apesar de o indicador sinalizar redução da receita no setor na ordem de 11,8%, a divisão apresenta no consolidado do ano uma redução de 5,4% em comparação ao mesmo período no ano anterior. Esse resultado, mesmo em um cenário tão desafiador, reforça o reconhecimento da marca perante os consumidores e todo o esforço em aumentar a base de clientes e melhorar o nível de serviço.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R\$ 29,2 milhões nos primeiros nove meses de 2016, destinados principalmente à manutenção das operações e à aquisição de participação na Nexoleum Bioderivados.

Resultados

As expedições, de janeiro a setembro de 2016 foram 7% inferiores ao mesmo período de 2015, sendo que tanto os produtos inorgânicos quanto os produtos orgânicos apresentaram queda de 7%.

A receita líquida acumulada nos nove primeiros meses de 2016 atingiu R\$ 585,1 milhões, 12% abaixo do mesmo período de 2015. As vendas internas recuaram 9% e as exportações 41%.

O lucro bruto no acumulado neste ano foi de R\$ 26,9 milhões, 40% abaixo do realizado no mesmo período do ano passado.

Eventos não Recorrentes: Em 2016 dois eventos de natureza não recorrente afetaram os resultados da Elekeiroz: provisão dos custos referentes à desativação temporária das linhas de Ftálico e Plastificantes de Camaçari no 1º trimestre e reconhecimento de ganho por compra vantajosa com a aquisição de 50% dos ativos da Nexoleum no 2º e 3º trimestres. Em 2015 foram três eventos não recorrentes: reversão de provisões para contingências cíveis no 1º trimestre e, no 3º trimestre, alienação de um imóvel não utilizado nas operações e reconhecimento de créditos fiscais decorrentes de ação judicial transitada em julgado.

O EBITDA dos nove primeiros meses de 2016 foi de R\$ 7,2 milhões negativos (R\$ 46,2 milhões positivos nos 9M15) e o EBITDA recorrente totalizou R\$ 4,0 milhões negativos.

No acumulado do ano a Elekeiroz totalizou prejuízo de R\$ 40,3 milhões (lucro de R\$ 0,4 milhão em 2015).

Ao final de setembro a dívida líquida totalizou R\$ 154,9 milhões, correspondendo a 37% do patrimônio líquido.

Itautec

Dissidência de Acionistas: Consoante decisão do Colegiado da CVM proferida em reunião de 09.08.2016, publicada no Diário Oficial da União em 29.09.2016, o processo de dissidência decorrente da mudança do objeto social da Itautec foi concluído e arquivado, em razão do cumprimento das cláusulas acordadas no Termo de Compromisso celebrado em 21.01.2016, não havendo qualquer obrigação adicional a ser cumprida pela Companhia.

Comentário do Desempenho

Resultados

A receita líquida consolidada de vendas e serviços dos 9M16 foi de R\$ 6,6 milhões.

O resultado bruto acumulado do período foi negativo em R\$ 0,4 milhão.

No acumulado de janeiro a setembro de 2016, o LAJIDA (EBITDA) foi negativo em R\$ 19,6 milhões.

As despesas operacionais dos 9M16 atingiram R\$ 13,7 milhões.

O resultado líquido acumulado dos nove meses de 2016 foi um prejuízo de R\$ 11,4 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de setembro de 2016 era de R\$ 10,1 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 32,4 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 22,3 milhões.

Comentário do Desempenho

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 108 mil colaboradores ao final de setembro de 2016, incluindo aproximadamente 15 mil colaboradores em unidades no exterior e 52 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 11,3 bilhões de janeiro a setembro de 2016.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro à setembro de 2016, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro à setembro de 2016, foram prestados os seguintes serviços:

- 06 de janeiro – serviços de *Benchmarking* de Capital Humano 2016;
- 22 de janeiro e 25 de agosto - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março, 16 de maio e 23 de maio – aquisição de treinamentos, materiais técnicos e pesquisa;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal; e
- 11 de julho – assessoria na revisão da estruturação de venda de carteira de crédito.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Notas Explicativas



ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de setembro de 2016

(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 62,02% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,16% do total.

Os responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA são a Administração e o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 07 de novembro de 2016.

Notas Explicativas



NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de setembro de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IAS 19 Benefícios aos Empregados, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver alguma aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a

Notas Explicativas

ITAÚSA

materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios a iniciar em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações Contábeis da ITAÚSA.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Itaúsa e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

Notas Explicativas

ITAÚSA

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 30/09/2016 era de R\$ 1.009 (R\$ 816 em 31/12/2015).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 30/09/2016 era de R\$ 949 (R\$ 771 em 31/12/2015).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 50, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 9, líquido dos efeitos tributários.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Notas Explicativas



f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/09/2016	Porcentagem do capital em 31/12/2015
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,26%	37,36%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,57%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

Notas Explicativas

ITAÚSA

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda, é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no seu valor contábil. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado, enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Notas Explicativas

ITAÚSA

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

Notas Explicativas



II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em "Outros Resultados Operacionais".

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Notas Explicativas



II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“Joint Ventures”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

Notas Explicativas

ITAÚSA

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócios.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Notas Explicativas



m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

Notas Explicativas



O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

Notas Explicativas



r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/09/2016	31/12/2015
Disponibilidades	31	80
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	369	348
Certificado de Depósitos Bancários	1.226	944
Operações Compromissadas	669	802
Total	2.295	2.174

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	30/09/2016	31/12/2015
Letra Financeira Subordinada	59	61
Letra Financeira do Tesouro	241	221
Total	300	282

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 5 - CLIENTES**

Contas a receber	30/09/2016	31/12/2015
Clientes no país	888	864
Clientes no exterior	99	148
Partes Relacionadas	20	43
<i>Impairment</i>	(70)	(59)
Total	937	996

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	873	931
Vencidos até 30 dias	19	29
Vencidos de 31 a 60 dias	12	10
Vencidos de 61 a 90 dias	8	4
Vencidos de 91 a 180 dias	6	7
Vencidos há mais de 180 dias	89	74
Total	1.007	1.055

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(59)	(43)
Constituição	(16)	(19)
Reversão	1	1
Baixa de títulos	4	6
Aquisição DuchaCorona	-	(4)
Saldo Final	(70)	(59)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 6 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	30/09/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Ativos Financeiros	313	301	906	270
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	99	-	104
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	246	-	835	-
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	20	22	19	9
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	5	124	3	122
Créditos com Precatório	-	11	-	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	21	5	12
Fomento nas Operações Florestais	-	14	-	13
Venda de Energia Elétrica	10	-	10	-
Outros	29	10	34	-
Outros Ativos Não Financeiros	26	26	13	-
Despesas Antecipadas	20	-	6	-
Outros	6	26	7	-

b) Outros Passivos

	30/09/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores	213	-	271	-
Provisão de Pessoal	165	-	147	-
Sociedade em Conta de Participação ⁽¹⁾	34	94	108	-
Adiantamento de Clientes	7	5	22	6
Aquisição de Empresas	20	33	24	33
Rendas Antecipadas	-	-	7	-
Fretes e Seguros a Pagar	21	-	17	-
Comissões a Pagar	10	-	8	-
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	7	-	8	-
Provisões para Garantias e Reestruturação	24	24	17	28
Arrendamento Mercantil	-	10	-	10
Passivos Provisionados com Parceiros Joint Operation	-	21	-	11
Outras Contas a Pagar	17	10	32	12
Total	518	197	661	100

(1) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 7 – ESTOQUES**

	30/09/2016	31/12/2015
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	310	386
Produtos Acabados	393	361
Produtos em Elaboração	129	117
Almoxarifado Geral	113	107
Adiantamento a Fornecedores	4	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(2)	(6)
Total	947	968

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou em 30 de setembro de 2016 R\$ 2.703 (R\$ 2.799 em 30 de setembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2015							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	32
Ações em Tesouraria	(1.328)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(431)	(332)	405	(1)	-	2	-
Reservas	24.511	17.320	2.298	145	-	52	-
Outros	1.508	-	-	-	(163)	-	(31)
Saldo Contábil em 01/01/2015	99.260	24.418	4.543	465	109	106	1
Movimentações de 01/01 a 30/09/2015	10.483	3.056	131	-	(24)	198	1
Resultado Líquido	20.720	3.481	132	-	(24)	(2)	1
Ações em Tesouraria	(2.174)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(7.313)	(229)	(77)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(311)	(81)	72	-	-	-	-
Outras Movimentações	(439)	(115)	4	-	-	200	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2015							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	38
Ações em Tesouraria	(3.549)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(742)	(412)	476	(1)	-	-	-
Reservas	27.277	15.456	2.358	144	-	42	-
Outros	1.609	-	-	-	(187)	-	(36)
Saldo Contábil em 30/09/2015	109.743	27.474	4.674	465	85	304	2
Patrimônio Líquido em 01/01/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	-	43	-
Outros	1.733	-	-	-	(195)	-	(45)
Saldo Contábil em 01/01/2016	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016	9.690	2.418	37	(40)	(17)	3	-
Resultado Líquido	17.271	3.063	(1)	(40)	(11)	3	-
Ações em Tesouraria	420	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.439)	(238)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(947)	(248)	(41)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(615)	(159)	79	-	(6)	-	-
Patrimônio Líquido em 30/09/2016							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.250)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.237)	(805)	419	-	-	-	-
Reservas	26.629	19.050	2.216	93	-	46	-
Outros	1.652	-	-	-	(212)	-	(43)
Saldo Contábil em 30/09/2016	121.942	30.675	4.569	415	60	308	2

Notas Explicativas

ITAÚSA

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 30/09/2015	3.047.037.403	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/09/2015	2.903.051.801	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.036.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(133.823.950)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/09/2015	5.950.089.204	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/09/2015	1.178.227.819	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/09/2015							
No Capital Social	19,80%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 30/09/2016	3.047.037.403	710.454.184	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/09/2016	2.890.041.173	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	2.936.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(46.834.578)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/09/2016	5.937.078.576	1.061.396.457	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/09/2016	1.178.227.819	706.169.365	245.169.699	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	245.169.699	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/09/2016							
No Capital Social	(1) 19,85%	66,53%	35,57%	96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,57%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,85% e indireta de 17,41%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,17% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,26% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

Notas Explicativas



c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itaotec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2015								
Participação Societária	19.413	16.246	1.607	449	106	106	1	37.928
Resultados Não Realizados	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	121	-	-	-	-	-	-	121
Saldo Contábil em 01/01/2015	19.520	16.246	1.607	449	106	106	1	38.035
Movimentações de 01/01 a 30/09/2015	2.295	2.033	47	-	(24)	198	1	4.550
Resultado de Participação Societária	4.984	2.316	47	-	(24)	(2)	1	7.322
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.541)	(152)	(27)	-	-	-	-	(2.720)
Aumento de Capital em Subsidiárias	-	-	-	-	-	200	-	200
Outros Resultados Abrangentes	(61)	(54)	25	-	-	-	-	(90)
Outras Movimentações	(87)	(77)	2	-	-	-	-	(162)
Saldo do Investimento em 01/01 a 30/09/2015								
Participação Societária	21.732	18.279	1.654	449	82	304	2	42.502
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	96	-	-	-	-	-	-	96
Saldo Contábil em 30/09/2015	21.815	18.279	1.654	449	82	304	2	42.585
Valor de Mercado em 30/09/2015	57.980	-	1.360	216	142	-	-	59.698
Saldo do Investimento em 01/01/2016								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 01/01/2016	22.416	18.800	1.603	440	75	305	2	43.641
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016	1.853	1.609	15	(39)	(16)	3	-	3.425
Resultado de Participação Societária	4.423	2.038	-	(39)	(16)	3	-	6.409
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.261)	(158)	-	-	-	-	-	(2.419)
Aumento de Capital em Subsidiária	-	-	34	-	-	-	-	34
Outros Resultados Abrangentes	(188)	(165)	(14)	-	-	-	-	(367)
Outras Movimentações	(121)	(106)	(5)	-	-	-	-	(232)
Saldo do Investimento em 30/09/2016								
Participação Societária	24.199	20.409	1.618	401	59	308	2	46.996
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	82	-	-	-	-	-	-	82
Saldo Contábil em 30/09/2016	24.269	20.409	1.618	401	59	308	2	47.066
Valor de Mercado em 30/09/2016	78.951	-	2.128	157	166	-	-	81.402

Notas Explicativas

ITAÚSA

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			01/01 a 30/09/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	112.252	22.416	58.179	20.720	4.984
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.257	18.800	-	3.481	2.316
Outros	-	-	-	-	-	-	1
Total				41.216			7.301

	% de participação em 30/09/2016		30/09/2016			01/01 a 30/09/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,26	64,16	121.942	24.269	78.951	17.271	4.423
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.675	20.409	-	3.063	2.038
Outros	-	-	-	-	-	- (*)	(5)
Total				44.678			6.456

(*) Resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	30/09/2016	31/12/2015
Ativos	1.324.125	1.276.424
Caixa e Equivalente de Caixa	119.442	91.649
Ativos Financeiros	652.843	651.825
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	465.350	447.404
Ativos Fiscais	44.136	52.158
Demais Ativos	42.354	33.388
Passivos	1.189.787	1.163.629
Depósitos	308.599	292.610
Captações no Mercado Aberto	347.790	336.643
Outros Passivos Financeiros	328.370	354.046
Provisão de Seguros e Previdência Privada	147.663	129.305
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	20.966	18.994
Demais Passivos	36.399	32.031

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Receita de Juros e Rendimentos	118.776	109.180
Despesa de Juros e Rendimentos	(70.402)	(53.087)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	30.118	10.669
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(12.476)	10.346
Lucro Líquido	17.642	21.015
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	17.271	20.720
Outros Resultados Abrangentes	(947)	(311)
Resultado Abrangente	16.324	20.409

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/09/2016 e 31/12/2015 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.115	4.169	52	56	318	145	6.582
Depreciação Acumulada	-	(399)	(1.920)	(34)	(46)	-	(98)	(2.497)
Saldo Contábil, líquido	727	716	2.249	18	10	318	47	4.085
Movimentações de 01/01 a 30/09/2015								
Aquisições	13	8	42	4	1	197	13	278
Baixas	(1)	(1)	(1)	-	-	(1)	-	(4)
Depreciação	-	(30)	(220)	(2)	(2)	-	(10)	(264)
Transferências	3	16	264	-	-	(300)	-	(17)
Outros	40	20	58	2	-	-	17	137
Saldo em 30/09/2015								
Custo	782	1.158	4.534	58	58	214	170	6.974
Depreciação Acumulada	-	(429)	(2.142)	(36)	(49)	-	(103)	(2.759)
Saldo Contábil, líquido	782	729	2.392	22	9	214	67	4.215
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.566	60	60	195	174	6.968
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.215)	(37)	(50)	-	(107)	(2.822)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016								
Aquisições	-	2	30	1	1	109	11	154
Baixas	(2)	-	(6)	-	-	-	-	(8)
Depreciação	-	(27)	(221)	(3)	(2)	-	(11)	(264)
Transferências	1	(11)	145	-	1	(149)	11	(2)
Outros	(13)	(7)	(19)	-	-	-	-	(39)
Saldo em 30/09/2016								
Custo	761	1.123	4.713	61	60	155	196	7.069
Depreciação Acumulada	-	(441)	(2.433)	(40)	(50)	-	(118)	(3.082)
Saldo Contábil, líquido	761	682	2.280	21	10	155	78	3.987
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	73	12	714	412	1.211
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	(182)
Saldo Contábil, líquido	25	11	714	279	1.029
Movimentações de 01/01 a 30/09/2015					
Aquisições	10	1	-	-	11
Amortização	(5)	(1)	-	(21)	(27)
Outros	1	13	-	2	16
Saldo em 30/09/2015					
Custo	85	26	714	413	1.238
Amortização Acumulada	(54)	(2)	-	(153)	(209)
Saldo Contábil, líquido	31	24	714	260	1.029
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016					
Aquisições	9	-	-	-	9
Amortização	(4)	(1)	-	(21)	(26)
Outros	-	(4)	5	(1)	-
Saldo em 30/09/2016					
Custo	95	22	719	412	1.248
Amortização Acumulada	(57)	(3)	-	(181)	(241)
Saldo Contábil, líquido	38	19	719	231	1.007
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill) é decorrente das seguintes aquisições:

	30/09/2016	31/12/2015
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 23)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	-
Metalúrgica Jacareí	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	719	714

Notas Explicativas



NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de setembro de 2016, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 176,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (170,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2015) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,17% a.a. em 30 de setembro de 2016 e 10,17% a.a. em 31 de dezembro de 2015. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde os custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

Notas Explicativas**ITAÚSA****b) Composição dos Saldos**

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	955	895
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	584	547
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.539	1.442

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.442	1.355
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	115	124
Exaustão	(78)	(146)
Variação do Valor Histórico		
Formação	131	204
Exaustão	(71)	(95)
Saldo final	1.539	1.442
	01/01 a	01/01 a
	30/09/2016	30/09/2015
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	37	(13)
Variação do Valor Justo	115	103
Exaustão do Valor Justo	(78)	(116)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.095	6.219	3.290	7.249
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(712)	(2.114)	(1.119)	(2.465)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	750	2.208	1.179	2.431
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	710	2.195	1.105	2.482
Resultado de Investimentos no Exterior	1	-	(1)	(1)
Juros Sobre o Capital Próprio	22	(1)	70	80
Reversão de Crédito Fiscal Diferido	-	-	-	(142)
Outras	17	14	5	12
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	38	94	60	(34)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(49)	183	503
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	2	8
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(13)	72	248
Outros	35	(16)	35	54
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(220)	292	816
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	3	-	(51)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(85)	(129)
Depreciação	(105)	96	(1)	(10)
Planos de Pensão	(4)	1	(2)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	3	(22)	(50)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	17	-	(359)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	122	(110)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(98)	182	205

Notas Explicativas**ITAÚSA**

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	30/09/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(95)	33	441
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	-	3	11
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	1	4
Provisões para Passivos Contingentes	248	(6)	66	308
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	202	202
Outros	54	(18)	7	43
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(119)	312	1.009
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	2	-	(49)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(129)	96	-	(33)
Depreciação	(10)	-	(2)	(12)
Planos de Pensão	(5)	-	-	(5)
Venda de Imóvel	(2)	-	(5)	(7)
Outras Obrigações	(50)	11	(3)	(42)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	7	-	(352)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	116	(10)	(505)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	(3)	302	504

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/09/2016	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido:	1.009	816
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	251	55
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	758	761
Passivo Fiscal Diferido	(505)	(611)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(505)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	504	205

Notas Explicativas



NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/09/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	20	1	64	5
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	62	102	64	146
BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	5	3	5	7
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	1	1	2
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	10	38	8	43
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	6	-	6
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	27	81	20	97
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	49	2	36
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	1	-	4	1
CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	39	20	1	56
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	3	679	14	645
DESCONTO NPR	9,5 % a.a.	-	11	-	20	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3 % a.a.	Nota Promissória	1	115	-	-
EXIM SELIC	Selic + 3,6 % a.a.	Nota Promissória	-	49	-	-
Total moeda nacional			184	1.145	203	1.045
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	-	14	1
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	2	1
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	1	-
ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	72	-	-	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,35 % e 1,50 % a.a.	Nota Promissória	1	180	110	180
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	208	512	6	723
Total moeda estrangeira			286	692	133	905
Total Duratex			470	1.837	336	1.950
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 % e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	26	1	27
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	52	3	53
FINAME	Pré 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	2	6	1	3
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9 % CDI	Aval - Duratex S.A.	2	142	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	139	-	127	-
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	-	13	-	-	-
CRA ⁽²⁾	98% CDI	Fiança - Duratex S.A	663	-	-	-
Total moeda nacional			823	226	139	224
SANTANDER-HERMES	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	2	-	3	5
CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	3	2	2	5
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	10	7	10	11
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	1	-	2
Total moeda estrangeira			15	10	15	23
Total Duratex Controladas			838	236	154	247
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 % a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	18	34	23	46
BNDES	IPCA + 1,96 % a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	3	9	-	6
BNDES	3,0 % a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	2	2	3
FINEP	3,5 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	7	2	10
CESSÃO DE CRÉDITO	17,33 % a.a.	-	1	-	23	-
NCE SAFRA	CDI + 2,67 % a 3,29 % a.a.	-	11	52	25	-
NCE BRASIL	CDI + 1,32 % a.a.	-	4	-	15	-
VENDOR	-	-	-	-	2	-
BNB	11,18 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	28	-	-
Total moeda nacional			40	132	92	65
BNDES	Varição cambial + 2,03 % a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	7	7	12
NCE - ABC	Varição cambial + 5,60 % a.a.	-	7	13	-	-
PRÉ PAGTO. EXP. COM SWAP	CDI + 5,22 % a.a.	-	4	-	20	-
Total moeda estrangeira			15	20	27	12
Total Elekeiroz			55	152	119	77
Itautec						
BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	-	-	1	-
BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	-	-	1	-
BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	-	-	1	-
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	15	7	15	19
BB 4131	105,6 % CDI	-	-	-	11	-
ALFA CG	114,8 % CDI	-	10	-	30	-
Total moeda nacional			25	7	59	19
Total Itautec			25	7	59	19
Total Itaúsa Consolidado			1.388	2.232	668	2.293

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

(2) Vide Nota 30 - Evento Subsequente

Vencimento	30/09/2016	31/12/2015
2017	167	552
2018	671	483
2019	828	732
2020	451	423
2021	83	79
2022	13	10
2023	9	7
Demais	10	7
Total	2.232	2.293

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 26 de setembro de 2016, a Duratex efetuou o pagamento no montante de R\$ 145 aos detentores dessas Debêntures, por ter sido declarado seu vencimento antecipado na Assembleia Geral dos Debenturistas, ocorrida em 23 de setembro de 2016 e comunicada em aviso aos debenturistas no mesmo dia.

NOTA 15 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/09/2016	31/12/2015
Tributário		
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	133	135
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	14	13
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	13	14
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	45	33
PIS e COFINS	4	4
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	13	18
Outros	16	9
Cível		
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	14	13
Outros	3	3
Total	255	242

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Notas Explicativas



Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	484	76	19	579
Atualização Monetária	56	18	2	76
Constituição	148	37	1	186
Reversão	(18)	(25)	(4)	(47)
Pagamentos	(6)	(25)	(1)	(32)
Aquisição DuchaCorona	-	6	3	9
Saldo Final	664	87	20	771
(-) Depósitos Judiciais	(14)	(14)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015 após a compensação dos Depósitos Judiciais	650	73	20	743

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização Monetária	61	14	2	77
Constituição	122	25	2	149
Reversão	(14)	(7)	(2)	(23)
Pagamentos	-	(24)	(1)	(25)
Saldo Final	833	95	21	949
(-) Depósitos Judiciais	(28)	(15)	-	(43)
Saldo em 30/09/2016 após a compensação dos Depósitos Judiciais	805	80	21	906

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 736: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de setembro de 2016, esses processos totalizavam R\$ 897 para causas tributárias, R\$ 41 para causas trabalhistas e R\$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 397: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 259: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 87: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 23: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 18: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 13: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

Notas Explicativas



NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29/04/2016, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 33 das Reservas Estatutárias.
- Aumento do capital social em R\$ 4.080, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 580 da Reserva Legal, R\$ 285 da Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.724 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 1.491 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 675.464.328 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 259.539.186 ordinárias e 415.925.142 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 29/04/2016;
- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 9.075.000.000 para 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R\$ 36.405, representado por 7.430.107.624 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.854.931.054 ordinárias e 4.575.176.570 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Notas Explicativas

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2015 e de setembro de 2016:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.527.796	2.755.241.873	5.351.769.669	25.596
Residentes no Exterior	1.019.312	1.406.009.555	1.407.028.867	6.729
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 (*)	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.635.200)	(2.000.000)	(4.635.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 30/09/2016	257.383.946	413.925.142	671.309.088	4.080
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 30/09/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405
Residentes no País	2.854.097.354	2.829.061.502	5.683.158.856	27.846
Residentes no Exterior	833.700	1.746.115.068	1.746.948.768	8.559
Ações em Tesouraria em 30/09/2016 (*)	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 30/09/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R\$ 7,61 (R\$ 8,53 em 31/12/2015) para as ações ordinárias e R\$ 7,38 em 31/12/2015 para as ações preferenciais.

Notas Explicativas

ITAÚSA

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	6.313	
(-) Reserva Legal	(316)	
Base de Cálculo do Dividendo	5.997	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.499	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	696	(88)	608
Dividendos	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2016	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	585	(88)	497
1 parcela de R\$ 0,0790 por ação paga em 25/08/2016	585	(88)	497
Provisionado	1.010	(119)	891
Dividendos	222	-	222
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 03/10/2016	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2017	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	788	(119)	669
1 parcela de R\$ 0,1063 por ação a ser declarada	788	(119)	669
Total em 30/09/2016 - R\$ 0,2025 líquido por ação	1.706	(207)	1.499
Total em 30/09/2015 - R\$ 0,2277 líquido por ação ⁽¹⁾	1.903	(211)	1.692

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

Notas Explicativas

ITAÚSA

c) Reservas Integralizadas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/09/2016	31/12/2015
Reservas de Lucros	12.219	12.654
Legal	859	1.123
Estatutárias	11.360	11.531
Equalização de Dividendos	6.940	5.291
Reforço do Capital de Giro	1.871	2.770
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.549	2.752
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	718
Outras Reservas	666	687
Total das Reservas na Controladora	12.885	13.341

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2015	1.123	11.531	687	13.341
Constituição de Reservas	316	4.291	-	4.607
Cancelamento de Ações	-	(33)	-	(33)
Aumento de Capital com Reservas	(580)	(3.500)	-	(4.080)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(211)	(21)	(232)
Saldo em 30/09/2016	859	11.360	666	12.885

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas



NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869	1.437.919
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) *cupom IGP-M*

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações.

Notas Explicativas



Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					Dez/15	Set/16			2007 a 2014	2015	2016	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	31.402	9,79	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.469.581	1.294.078	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.543.474	1.367.971	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	867.236	839.525	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.471.579	814.165	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.014.061	1.549.288	5,11	9	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.010.991	791.889	5,69	6	5	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.229.733	6,54	9	5	3	1	1
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.154.616	2.144.813	4,48	9	2	2	2	3
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	-	1.002.550	4,00	8	-	-	1	7
Soma	19.673.748				12.239.350	11.065.414		104	84	6	4	11
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								101	81 ⁽¹⁾	6 ⁽²⁾	4 ⁽³⁾	11 ⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.

(3) Valor contabilizado contra o resultado nos nove meses de 2016.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 30 de setembro de 2016, a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção."

b) Itaotec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Premissas

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/2007
Prazo limite para exercício	31/12/2016
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de setembro de 2016, o preço de mercado das ações era de R\$ 15,13 (R\$ 15,00 em 31 de dezembro de 2015) por ação.

c) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações não ocorreram outorgas no referido plano, não produzindo quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 18 – VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.457	4.356	1.647	4.678
Mercado Interno	1.262	3.706	1.440	4.134
Mercado Externo	195	650	207	544
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(295)	(884)	(340)	(981)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.162	3.472	1.307	3.697

NOTA 19 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Varição do valor justo dos ativos biológico	39	115	26	103
Varição nos estoques de produtos acabados	132	307	135	385
Matérias-primas e materiais de consumo	(690)	(2.048)	(837)	(2.225)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(237)	(705)	(177)	(623)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(129)	(413)	(149)	(456)
Despesas de transporte	(81)	(239)	(77)	(223)
Despesas de publicidade	(40)	(107)	(39)	(110)
Outras despesas	(118)	(308)	(114)	(339)
Total	(1.124)	(3.398)	(1.232)	(3.488)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Custo dos produtos e serviços	(884)	(2.703)	(983)	(2.799)
Despesas com vendas	(157)	(466)	(170)	(477)
Despesas gerais e administrativas	(83)	(229)	(79)	(212)
Total	(1.124)	(3.398)	(1.232)	(3.488)

NOTA 20 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Reversões (provisões) para Contingências	5	(12)	5	8
Resultado de Plano Benefício	15	11	(4)	(4)
Amortização Intangível	(7)	(23)	(12)	(25)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	1	(4)	2	(6)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	35	45	28	42
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	4	11	7	19
Receita de Aluguel	3	8	5	8
Ganho por Compra Vantajosa (*)	1	5	-	-
Outros	(3)	(10)	-	-
Total	54	31	31	42

(*) Refere-se a ganho por compra vantajosa na aquisição, pela Elekeiroz S.A., de 50% da empresa Nexoleum Bioderivados S.A, ocorrida em Maio/16.

Notas Explicativas



NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	85	238	76	202
Variação cambial ativa	(1)	1	18	52
Atualizações monetárias	12	39	12	29
Juros e descontos obtidos	3	10	(3)	28
Outras	3	7	2	6
Total	102	295	105	317
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(105)	(26)	(364)	(637)
Variação cambial passiva	(3)	(16)	(13)	(51)
Atualizações monetárias	(22)	(69)	(11)	(44)
Operações com derivativos	(10)	(294)	266	364
Taxas bancárias	(3)	(7)	(2)	(6)
Outras	(7)	(23)	(9)	(26)
Total	(150)	(435)	(133)	(401)
Total do resultado financeiro	(48)	(140)	(28)	(84)

NOTA 22 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Lucro Líquido	2.114	6.313	3.329	7.125
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(46)	(46)	(46)	(46)
Subtotal	2.068	6.267	3.283	7.079
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(28)	(29)	(29)
Subtotal	2.040	6.239	3.254	7.050
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	779	2.393	1.250	2.709
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.261	3.846	2.004	4.341
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	807	2.421	1.279	2.738
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.307	3.892	2.050	4.387
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.828.112.054	2.845.991.388	2.855.694.895	2.850.002.264
Ações Preferenciais	4.575.176.570	4.575.176.570	4.576.643.237	4.566.099.082
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,29	0,85	0,45	0,96
Ações Preferenciais	0,29	0,85	0,45	0,96

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 23 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

a) Bank of America Corporation

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2015	Amortizações/ Realizações	30/09/2016
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	32	(5)	27
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	55	(13)	42
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	88	(18)	70
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	155	(18)	137
Passivo fiscal Diferido (IV)	(62)	7	(55)
Total ágio alocado (V = III + IV)	93	(11)	82
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas



NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de setembro de 2016 com 8.953 participantes (9.356 em 31 de dezembro de 2015).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 114 (R\$ 119 em 31 de dezembro 2015). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 5 (R\$ 4 reconhecido no resultado do período de 30 de setembro de 2015).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 04/07/2016, conforme Portaria nº 306, publicada no DOU de 05/07/2016, a destinação de parte da reserva especial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, às patrocinadoras e participantes do plano. Nos termos do pedido aprovado, caberá às subsidiárias da Itaúsa a devolução de R\$ 16, a valores de junho/2016.

O recebimento do valor descrito será efetuado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas no último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho/2016, já atualizado de acordo com retorno dos investimentos do respectivo Plano de Benefício Definido até o mês anterior ao crédito.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) era de R\$ 15, a ser realizado em 33 (trinta e três) parcelas mensais.

Notas Explicativas



Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/09/2016	30/09/2015
Taxa de Desconto	12,60% a.a.	11,66% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,38 % a.a.	7,59 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,00 % a.a.	5,20 % a.a.
Inflação	5,00 % a.a.	5,20 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de setembro de 2016 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

Notas Explicativas



II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Setembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽²⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽¹⁾	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2016	1.324.122	9.246	707	139	57.890
	2015	1.241.933	9.232	786	216	53.663
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2016	155.529	2.881	585	7	9.928
	2015	133.325	3.008	665	25	10.998
Lucro Líquido	2016	17.271	1	(40)	(11)	6.313
	2015	20.720	137	0	(24)	7.215
Patrimônio Líquido (PL)	2016	121.942	4.571	415	60	50.894
	2015	109.743	4.759	466	85	46.860
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽⁴⁾	2016	20,0%	0,0%	-12,4%	-23,6%	17,1%
	2015	26,9%	3,9%	0,1%	-34,1%	21,8%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2016	76.603	643	(17)	(12)	461
	2015	35.127	720	25	(26)	638

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'15 + mar + jun + set) / 4.

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Obs. O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/09/2016	31/12/2015	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Aplicações Financeiras	116	233	13	16
Itaú Unibanco S.A.	116	233	13	16
Clientes	20	43	142	163
Partes Relacionadas de Controladas (*)	20	43	142	163
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(2)	1
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(1)	1
Total	136	276	153	180

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 4 (R\$ 4 de 01/01 a 30/09/2015) em função da utilização da estrutura comum.

Em 30 de setembro de 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
Duratex S.A.	242	330
Elekeiroz S.A.	116	110
Itautec S.A.	22	33
Total	380	473

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Remuneração	25	23
Participações no Lucro	11	12
Opções de Ações	4	3
Total	40	38

Notas Explicativas



NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 670 (R\$ 802 em 31/12/2015), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge* econômico” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

Notas Explicativas

ITAÚSA

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/09/2016	30/09/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	101	107	(6)
Posição Ativa	1.078	1.225	107	(6)
Moeda Estrangeira (USD)	908	1.031	107	(2)
Taxa Pré-Fixada	170	194	-	(4)
Posição Passiva	(1.078)	(1.124)	-	-
CDI	(1.078)	(1.124)	-	-
	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2015	31/12/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	19	365	375	(8)
Posição Ativa	1.199	1.568	375	(8)
Moeda Estrangeira (USD)	1.009	1.393	375	-
Taxa Pré-Fixada	190	175	-	(8)
Posição Passiva	(1.180)	(1.203)	-	-
CDI	(1.180)	(1.203)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	61	62	-	-
Compromisso de Venda	61	62	-	-
NDF	61	62	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(3)	(5)	(7)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		3	5	7
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	2	(307)	(615)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(2)	307	615
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(3)	(5)
		Aumento US\$	-	3	5
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	3	7
		(Aumento US\$)	-	(3)	(7)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	1	2
		(Aumento US\$)	-	(1)	(2)
Total			(2)	-	-

Notas Explicativas

ITAÚSA

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/09/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.388	839	1.383	10
Fornecedores e Outras Obrigações	234	1	-	34
Total	1.622	840	1.383	44

31/12/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	676	1.180	1.235	7
Fornecedores e Outras Obrigações	441	3	-	29
Total	1.117	1.183	1.235	36

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas

ITAÚSA

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/09/2016	31/12/2015
Ativos⁽¹⁾		4.150	4.628
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	31	80
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.264	2.094
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	59	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	241	221
Contas a Receber de Clientes	2	937	996
Dividendos/JCP	2	246	835
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	99	104
Outros Ativos Financeiros	2	273	237
Passivos		4.903	5.139
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.620	3.098
Fornecedores / Outras Obrigações	2	269	473
Dividendos/JCP	2	1.014	1.568

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa.

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itaotec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a ITAÚSA possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Ativos Financeiros” no montante de R\$ 10 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2015), correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Em 26 de fevereiro de 2016, as partes firmaram Aditamento ao Acordo de Acionistas de modo que a ITAÚSA, através de sua subsidiária Itaotec, subscreveu 1.717.650 novas ações no aumento do capital da Oki Brasil e as integralizou em 08 de março de 2016 por R\$ 20 do total de R\$ 148 subscritos e integralizados, passando o investimento total da ITAÚSA a corresponder a 16,2% do capital da Oki Brasil.

Em reunião de 31 de março de 2016, o Conselho de Administração da Itaotec aprovou a intenção de exercer também a venda dessas novas ações da Oki Brasil (*additional put option*), a ocorrer em janeiro de 2020, conforme previsto no Aditamento ao Acordo de Acionistas.

Notas Explicativas**ITAÚSA**

A partir de março de 2016 esse investimento adicional da Itautec no capital da Oki Brasil passou a ser classificado em:

- “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” no montante de R\$ 20, em 30 de setembro de 2016.
- “Outros Ativos Financeiros”, no montante de R\$ 2, correspondente a atualização.

Em 30 de setembro de 2016, o montante registrado no balanço patrimonial, na rubrica Ativo Mantido para Venda, é de R\$ 58 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 29 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Propriedades para Investimento	Terrenos	Edifícios	Instalações	Total
Saldo Contábil, líquido em 31/12/2015	2	28	-	30
Movimentações de 01/01 a 30/09/2016	-	(2)	-	(2)
Depreciação	-	(2)	-	(2)
Saldo em 30/09/2016				
Custo	2	52	2	56
Depreciação Acumulada	-	(26)	(2)	(28)
Saldo Contábil, líquido	2	26	-	28

Em 30 de setembro de 2016 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R\$ 4 (R\$ 4 em 30/09/2015). Este imóvel, situado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado pela subsidiária Itautec à Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A.

NOTA 30 – EVENTO SUBSEQUENTE**Pagamento antecipado de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)**

Em 03 de outubro de 2016, a controlada indireta Duratex Florestal Ltda. efetuou o pagamento antecipado do montante de R\$ 675 diretamente à empresa securitizadora da operação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA “Ourinvest Securitizadora S.A.”, com recursos próprios.

Esta antecipação é consequência da decisão tomada pela Duratex S.A. em 23/09/2016, comunicada em Aviso aos Debenturistas no mesmo dia, de pagar antecipadamente as debêntures emitidas em 2012. Este evento disparou cláusula prevista no contrato dos CRA, que obriga o resgate antecipado também destes certificados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Itáusa – Investimentos Itáú S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itáusa – Investimentos Itáú S.A. (Companhia) e suas controladas (Consolidado), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de novembro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30.09.2016, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 7 de novembro de 2016. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.